

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DAS VILAS RURAIS: UMA ANÁLISE APLICADA

RURAL VILLAGES EFFECTIVENESS INDEX: AN APPLIED ANALYSIS

Ciências Sociais Aplicadas • 13/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789162656](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789162656)

Jorge Leandro Delconte Ferreira¹

Mônica Aparecida Bortolotti²

Edison Luiz Leismann³

Geysler Rogis Flor Bertolini⁴

RESUMO

Este artigo investiga em que medida as Vilas Rurais implantadas na região da COMCAM (PR) têm sido efetivas na promoção de bem-estar, desenvolvimento local e permanência das famílias no campo – questão pouco explorada na literatura e nas avaliações de políticas públicas rurais. Para isso, realizou-se uma pesquisa descritiva, qualiquantitativa, com aplicação de questionário estruturado a 56 moradores. A partir das respostas, foi construído o Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR), composto por cinco dimensões: infraestrutura básica, autossuficiência produtiva, atividades econômicas, vínculo com o território e satisfação subjetiva. Os resultados apontam altos níveis de pertencimento e satisfação entre os moradores, contrastando com a fragilidade nas dimensões produtiva e econômica. O IEVR permitiu captar desigualdades internas e oferecer subsídios para o redesenho de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais. Conclui-se que a efetividade de uma Vila Rural está relacionada não apenas à infraestrutura ou renda, mas também a fatores simbólicos e relacionais que sustentam a permanência das famílias no meio rural.

Palavras-chave: Vilas Rurais; Desenvolvimento Rural; Políticas Públicas; Efetividade.

ABSTRACT

This article investigates the extent to which Rural Villages implemented in the COMCAM region (PR) have been effective in promoting well-being, local development, and the permanence of families in rural areas—an issue underexplored in the literature and in evaluations of rural public policies. To this end, a descriptive, mixed-methods research study was conducted using a structured questionnaire administered to 56 residents. Based on the responses, the Rural Villages Effectiveness Index (RVEI) was constructed,

comprising five dimensions: basic infrastructure, productive self-sufficiency, economic activities, territorial attachment, and subjective satisfaction. The results reveal high levels of belonging and satisfaction among residents, contrasting sharply with fragility in the productive and economic dimensions. The RVEI made it possible to capture internal inequalities and provide evidence to inform the redesign of public policies more responsive to local realities. We conclude that the effectiveness of a Rural Village is related not only to infrastructure or income but also to symbolic and relational factors that sustain the permanence of families in rural environments.

Keywords: Rural Villages; Rural Development; Public Policies; Effectiveness.

1. INTRODUÇÃO

Há quase três décadas, o Paraná implantou as Vilas Rurais, um projeto voltado ao desenvolvimento socioeconômico de comunidades rurais do estado (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social [IPARDES], 2005). Nesse período, diversos estudos abordaram aspectos sociais, econômicos e geográficos dessas comunidades (Andrade, 2005; Bana, 2001; Eser et al., 2006; IPARDES, 2000). Mas a maioria dos estudos focou a primeira década da implantação, com poucos estudos recentes sobre esse tema.

O último levantamento detalhado promovido pelo Governo do Paraná foi concluído em 2005, oferecendo um panorama geral da situação das Vilas Rurais à época (IPARDES, 2005). Desde então, a agricultura familiar no Brasil passou por transformações significativas, como a diversificação da produção, adoção de

tecnologias de irrigação, valorização da sustentabilidade e crescente profissionalização dos pequenos produtores (Cunha et al., 2024). Estudos recentes também indicam que políticas públicas de crédito, como o Pronaf, têm gerado impactos positivos na renda e na inserção comercial de agricultores familiares, embora o acesso aos recursos ainda seja desigual e desafiador (Silva & Almeida, 2023).

Apesar da relevância e abrangência dos objetivos do Programa Vilas Rurais, parte da literatura crítica aponta que, com o tempo, muitas vilas tiveram dificuldades estruturais e operacionais. Alguns autores destacam o risco de urbanização do meio rural promovido por políticas que, embora bem-intencionadas, tendem a descaracterizar as dinâmicas próprias do campo quando não acompanhadas de apoio técnico, produtivo e organizacional de longo prazo (Fernandes & Ponte, 2002).

A partir dos anos 2000, observa-se também uma transformação profunda na agricultura familiar brasileira, com diversificação produtiva nas pequenas propriedades, valorização de redes colaborativas, uso de tecnologias sustentáveis e fortalecimento de políticas públicas voltadas ao campo, como o Pronaf e o PAA (Cunha et al., 2024; Navarro, 2014). No entanto, estudos recentes sugerem que a efetividade dessas políticas varia conforme o engajamento dos governos locais, a capacidade de articulação dos produtores e a persistência de ações de apoio institucional (Ferreira et al., 2018; Silva & Almeida, 2023).

Diante esse cenário, e após duas décadas de implantação, é relevante reavaliar impactos e atualidade das Vilas Rurais. A ausência de estudos recentes sobre essas comunidades levanta questões importantes: os objetivos originais do programa ainda são válidos?

As Vilas permanecem como instrumento efetivo de inclusão produtiva e permanência no campo? Como as famílias percebem hoje os benefícios e desafios de viver em uma Vila Rural?

A partir dessa reflexão, emerge de forma natural a seguinte pergunta de pesquisa: **qual é o perfil atual e o grau de efetividade de vilas rurais da região da COMCAM como política pública?**

O objetivo deste estudo é contribuir para a formulação e a avaliação de políticas públicas voltadas à inclusão do pequeno produtor rural (como as Vilas Rurais) e à melhoria das condições de uso e exploração da terra na região de Campo Mourão (COMCAM).

Foram definidos como objetivos específicos: (a) realizar um levantamento das características estruturais das vilas; (b) investigar as atividades produtivas e organizativas desenvolvidas; (c) analisar seus vínculos institucionais; (d) identificar problemas comunitários e dificuldades enfrentadas pelas famílias; e (e) propor um índice de efetividade como instrumento de avaliação da política pública.

O Programa Vilas Rurais do Paraná, iniciado em 1997 com a criação da primeira vila rural no município de Apucarana, tinha como metas principais proporcionar moradia digna a trabalhadores rurais volantes, melhorar suas condições nutricionais e de saúde, promover o acesso a serviços públicos, capacitar mulheres e jovens, fomentar o associativismo e integrar esses grupos ao mercado de trabalho agrícola e não agrícola (Paraná, 1995).

Também interessa aqui a perspectiva institucional, como apontado por North (1994), segundo a qual os resultados de políticas públicas dependem do contexto local e dos mecanismos de governança envolvidos. Aplicada às vilas rurais, essa abordagem sugere que os

efeitos do programa variam conforme o engajamento dos municípios e a persistência de suas ações de suporte (Ferreira et al., 2018; Rocha Junior & Barzotto, 2014).

Neste artigo, investigam-se cinco vilas rurais localizadas na região da COMCAM, com base em dados primários coletados por meio de questionário aplicado a 56 famílias residentes. A análise permite traçar um diagnóstico atualizado, identificar padrões de uso e percepção da terra, e avaliar o grau de efetividade da política sob a ótica dos beneficiários.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico. A terceira descreve os procedimentos metodológicos adotados. A quarta seção reúne os resultados e a discussão, incluindo a construção do Índice de Efetividade das Vilas Rurais. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais e recomendações para políticas públicas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro nas últimas décadas tem oscilado entre abordagens tecnocráticas centradas na modernização da agricultura e propostas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e de modelos territoriais alternativos. A complexidade dos desafios enfrentados por pequenos produtores, especialmente em regiões onde políticas públicas buscaram fixar populações rurais via programas habitacionais e produtivos, exige uma leitura teórica plural. No caso do Paraná, o Programa Vilas Rurais é exemplar dessa tentativa de articular habitação, produção, fixação no campo e inclusão social. Para compreender suas potencialidades e limitações, esta seção discute quatro eixos: (i) a

trajetória e o reposicionamento da agricultura familiar no Brasil; (ii) os pressupostos e críticas ao modelo de Vilas Rurais; (iii) os desafios da avaliação de políticas públicas rurais; e (iv) a importância das instituições e da trajetória local na efetividade das políticas.

2.1. Agricultura Familiar: Reconhecimento e Contradições

A agricultura familiar ocupa papel central nas estratégias de desenvolvimento rural no Brasil, especialmente após a criação do Pronaf, em 1995. O programa marcou o reconhecimento institucional da agricultura de pequena escala, promovendo sua inclusão nas políticas públicas e reposicionando-a como agente estratégico para a segurança alimentar, geração de renda e valorização de práticas sustentáveis (Navarro, 2014; Schneider et al., 2016).

Esse reconhecimento impulsionou políticas articuladas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ampliando o acesso a mercados e fomentando o protagonismo de grupos historicamente excluídos, como mulheres e jovens rurais (Grisa; Schneider, 2015). Além da dimensão produtiva, consolidou-se a abordagem da multifuncionalidade da agricultura familiar, que abrange funções ambientais, sociais e culturais (Carneiro, 2012; Maluf, 2007).

Apesar dos avanços, persistem contradições. A distribuição dos recursos do Pronaf, por exemplo, favorece segmentos mais organizados, homens e regiões com melhor infraestrutura (Almeida; Silva, 2023). A literatura também destaca desafios no acesso a crédito, assistência técnica e políticas de permanência no campo, especialmente em áreas periféricas.

No Paraná, a agricultura familiar é significativa, com destaque para cooperativas e arranjos produtivos locais. O Programa Vilas Rurais, iniciado em 1997, buscou integrar moradia, produção e inclusão social, mas recebeu críticas por padronizar lotes e impor lógica urbana ao espaço rural (Andrade, 2005; Bana, 2001). Estudos apontam carência de suporte técnico, acesso a mercados e planejamento de longo prazo (Rocha Junior & Barzotto, 2014).

Diante disso, Cunha et al. (2024) defendem políticas mais contextualizadas, que combinem apoio produtivo com valorização territorial e redes de cooperação. Reconhecer a agricultura familiar como categoria sociopolítica, e não apenas econômica, é essencial para avaliar o papel das Vilas Rurais no desenvolvimento rural sustentável.

O Programa Vilas Rurais, criado no Paraná em 1997, é citado como uma inovação institucional voltada à fixação de famílias em situação de vulnerabilidade no meio rural. A iniciativa, promovida pela SEAB e pela Cohapar, destinava-se a trabalhadores rurais temporários (sobretudo “boias-frias”), por meio da entrega de pequenos lotes com moradia, infraestrutura básica e área para produção de subsistência e comercialização (Paraná, 1995).

O programa unia objetivos sociais e produtivos: garantir moradia digna, fomentar produção agrícola, estimular associativismo, conter êxodo rural. Ao contrário de políticas fundiárias convencionais, as Vilas não vinham da desapropriação de grandes propriedades, mas da destinação de áreas públicas a núcleos habitacionais padronizados (Bana, 2001; Andrade, 2005).

Apesar do caráter inovador, o modelo foi alvo de críticas. Um dos principais questionamentos refere-se à tentativa de “urbanizar o rural”, isto é, impor uma lógica urbana ao campo por meio da padronização dos lotes, das moradias e da disposição espacial, desconsiderando a diversidade de usos da terra e de vínculos sociais no meio rural (Fernandes & Ponte, 2002).

A limitação do tamanho dos lotes (geralmente entre 0,5 e 1 hectare) foi outro ponto crítico. Essa escala restrita impôs barreiras à viabilidade econômica de várias atividades produtivas. Além disso, a carência de assistência técnica, crédito e canais de comercialização comprometeu a sustentabilidade em diversas vilas (Barzotto & Rocha Junior, 2014).

Diversamente, experiências positivas mostram que redes produtivas e comunitárias se consolidaram onde houve articulação entre famílias, poder público e organizações sociais (Esser et al., 2006), mostrando que os resultados dependem da capacidade local de mediação e gestão.

Assim, o modelo das Vilas não deve ser avaliado apenas com base em seu desenho original, mas também em seu funcionamento nos territórios. A crítica à “urbanização do campo” não invalida a proposta, mas alerta para a importância de políticas sensíveis a especificidades locais, a modos de vida e a estratégias camponesas de reprodução social (Picolotto & Silveira, 2019).

2.2. Indicadores, Percepções e Efetividade DE Políticas Públicas Rurais

A avaliação de políticas públicas tornou-se um campo estratégico da gestão pública, sobretudo diante da necessidade de qualificar

decisões, ampliar a transparência e garantir o uso eficiente dos recursos. No meio rural, esse processo é particularmente desafiador: exige indicadores que considerem não apenas variáveis quantitativas, mas também aspectos sociais, territoriais e simbólicos (Souza, 2021; Farah, 2022).

Classicamente, as avaliações concentram-se em três dimensões: eficiência (uso racional dos recursos), eficácia (alcance dos objetivos) e efetividade (impacto social gerado). No entanto, é necessário atentar para os limites de avaliações baseadas apenas em metas físicas, que negligenciam a percepção dos beneficiários, a qualidade da implementação e as dinâmicas locais pois no campo, onde trajetórias sociais e institucionais variam muito, esses fatores são decisivos (Lotta, 2019).

O Brasil acumulou, desde os anos 1990, importantes experiências de políticas voltadas à agricultura familiar (Pronaf, PAA, PNAE). Estudos demonstram avanços, mas também evidenciam problemas como descontinuidade, baixo alcance em regiões periféricas e frágil institucionalização nos municípios (Grisa & Schneider, 2015; Silva & Almeida, 2023). A efetividade, nesses casos, não decorre apenas do desenho da política, mas da capacidade de articulação entre entes federativos, da atuação de organizações locais e da escuta qualificada dos beneficiários.

No caso das Vilas Rurais, as avaliações sistemáticas são escassas, sobretudo após a fase inicial do programa. A literatura disponível indica que os resultados são heterogêneos: em alguns contextos, observam-se permanência das famílias e uso produtivo da terra; em outros, há abandono, conflitos ou desvios de função (Rocha Junior &

Barzotto, 2014). Isso reforça a necessidade de avaliações que incorporem indicadores multidimensionais.

Nesse sentido, metodologias que combinam dados objetivos com percepções subjetivas vêm ganhando espaço. Indicadores compostos – que agregam aspectos estruturais, operacionais e comunitários – têm se mostrado úteis para políticas territoriais (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], 2021). Além disso, avaliações participativas valorizam o saber dos beneficiários e revelam sentidos invisíveis nas abordagens tradicionais (Cecchini, 2020). A proposta deste estudo de construir um Índice de Efetividade para as Vilas Rurais da COMCAM, busca oferecer uma ferramenta diagnóstica crítica, orientada por múltiplas dimensões e sensível à realidade dos moradores, contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas rurais.

2.3. Instituições, Contexto e Dependência de Trajetória

A análise de políticas públicas eficazes no meio rural exige mais que identificar metas e resultados: requer a compreensão das estruturas institucionais e dos caminhos históricos que moldam as possibilidades de ação local. A abordagem institucionalista proposta por North (1994) é referência nesse campo, ao destacar que as instituições – regras formais, normas informais e estruturas organizacionais – moldam os comportamentos sociais ao longo do tempo. Isso gera o que se convencionou chamar de “dependência de trajetória” (*path dependence*), ou seja, a persistência de certos padrões mesmo diante de novas políticas ou oportunidades.

Compreender a efetividade das Vilas Rurais exige reconhecer o contexto em que foram implantadas e os arranjos locais que

condicionam sua apropriação. Sua implantação variou conforme o município (política pública descentralizada): em alguns casos, houve apoio técnico continuado e articulação com Pronaf ou PAA; em outros, a política foi descontinuada ou tratada como ato pontual, sem visão de longo prazo (Andrade, 2005; Rocha Junior & Barzotto, 2014).

A presença de redes de cooperação (sindicatos, associações, cooperativas) é fundamental no desempenho dessas experiências (Ferreira et al., 2018). Municípios com capital social denso e governos locais proativos tendem a apresentar melhores resultados. Já territórios marcados por clientelismo, fragmentação institucional ou ausência de planejamento participativo enfrentam maiores obstáculos.

Putnam (1993), ao analisar a performance institucional em regiões italianas, demonstrou que a qualidade das políticas está profundamente relacionada ao enraizamento de práticas colaborativas e à confiança nas instituições. No Brasil, Carneiro (2012) ressalta que o êxito de iniciativas no meio rural depende da escuta ativa dos sujeitos e da valorização dos saberes locais. A ausência dessas dimensões dificulta a resiliência de políticas como as Vilas Rurais, que dependem da coprodução de soluções entre Estado e comunidade.

Além disso, a experiência das famílias influencia suas expectativas e engajamento. Famílias oriundas de contextos de exclusão tendem a valorizar aspectos habitacionais e de segurança, mesmo com pouca viabilidade produtiva. Outras, com maior escolaridade ou inserção no mercado, avaliam a política com critérios distintos, o que interfere na coesão comunitária.

A análise das Vilas Rurais demanda considerar múltiplas camadas institucionais e históricas. A sua efetividade não depende só de seu desenho, mas de como se enraíza no território, é interpretada pelos atores locais e se adapta às trajetórias sociais e produtivas em curso.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa aplicada, com abordagem qualiquantitativa, de natureza descritiva, com o objetivo de avaliar a efetividade do modelo de Vilas Rurais implantado na COMCAM, no Noroeste do Paraná. A proposta central é compreender como as famílias residentes nessas vilas percebem sua experiência de permanência, uso produtivo do lote e acesso a políticas públicas, a partir da construção de um Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR).

A amostragem foi intencional e por conveniência, composta por 56 famílias residentes em diferentes Vilas Rurais, selecionadas com base na diversidade de contextos territoriais, tempo de implantação e características socioeconômicas. A coleta de dados foi realizada ao longo de 2024, por meio de visitas domiciliares conduzidas por bolsistas de Iniciação Científica, com aplicação presencial de um questionário semiestruturado.

O instrumento de pesquisa contou com 34 questões distribuídas em cinco blocos temáticos: (1) identificação da família e do lote; (2) histórico de uso e permanência; (3) atividades produtivas; (4) acesso a políticas públicas; e (5) avaliação subjetiva da experiência na vila. As respostas foram registradas em planilha eletrônica e posteriormente organizadas em variáveis analíticas para fins de tratamento estatístico e elaboração do índice.

O Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR) foi concebido como um indicador composto, inspirado em metodologias da OCDE (2008) e adaptado às especificidades do meio rural paranaense. Sua construção considerou cinco dimensões principais: (i) permanência e estabilidade; (ii) uso produtivo do lote; (iii) acesso e vínculo com políticas públicas; (iv) integração comunitária; e (v) satisfação dos moradores. Cada dimensão reuniu de dois a quatro indicadores, totalizando 15 variáveis.

As variáveis foram padronizadas em uma escala de 0 a 1, conforme critérios objetivos (ex.: tempo de moradia, diversidade produtiva, acesso a políticas) e subjetivos (ex.: nível de satisfação e intenção de permanência). Para cada respondente, o IEVR foi calculado pela média simples das médias dimensionais, conforme a fórmula 01:

$$IEVR = \frac{1}{5} \sum_{d=1}^5 \left(\sum_{i=1}^{n_d} V_{di} \right)$$

Em que:

-IEVR é o Índice de Efetividade das Vilas Rurais;

V_{di} representa o valor padronizado do indicador i dentro da dimensão d ;

n_d é o número de indicadores na dimensão d .

A pontuação final varia de 0 (mínima efetividade observada) a 1 (máxima efetividade), sendo os resultados categorizados em três faixas: baixa ($IEVR < 0,50$), intermediária ($0,50 \leq IEVR < 0,75$) e alta efetividade ($IEVR \geq 0,75$).

A análise foi complementada com comentários colhidos nas entrevistas, permitindo uma leitura mais rica dos significados atribuídos pelos próprios moradores à sua experiência nas Vilas. A combinação entre indicadores objetivos e percepções subjetivas entrega uma visão crítica e situada da efetividade da política, respeitando a diversidade dos territórios analisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta e analisa os principais resultados obtidos a partir da aplicação do questionário com moradores das Vilas Rurais da região da COMCAM, em 2024. As respostas refletem percepções individuais sobre aspectos sociais, econômicos e infraestruturais das vilas, permitindo compreender o grau de efetividade do programa sob diferentes dimensões.

A análise foi organizada em cinco eixos: (i) perfil dos respondentes; (ii) condições de vida e infraestrutura; (iii) satisfação com a moradia e com o território; (iv) participação comunitária; e (v) Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR).

Os resultados buscam não apenas quantificar indicadores, mas também compreender os sentidos atribuídos pelos moradores à sua vivência cotidiana no espaço rural organizado em formato de vila, destacando conquistas, desafios e potencialidades.

4.1. Perfil dos Respondentes

A pesquisa contou com 56 moradores das Vilas Rurais da COMCAM, entrevistados ao longo de 2024. A análise do perfil dos respondentes revela importantes características sociodemográficas que ajudam a contextualizar os demais resultados.

As famílias das Vilas têm porte médio (de 2 a 6 pessoas por lote, com média de 3,8). A maioria das entrevistas foi respondida por pessoas com vínculo direto de responsabilidade familiar: esposo, esposa e casal. Também houve participação de filhos e outros membros da família, o que contribui para uma diversidade de perspectivas na percepção sobre a Vila.

O tempo de posse do lote apresentou ampla variação, de 2 até mais de 25 anos, com predominância de residentes há mais de duas décadas. Tal fato indica estabilidade habitacional e consolidação dos laços com o território rural. Boa parte dos respondentes pertence à geração pioneira da ocupação das Vilas, o que pode influenciar na avaliação mais positiva das conquistas alcançadas desde a instalação do programa.

Observou-se baixa mobilidade no período recente: a maioria não declarou ter deixado a vila temporariamente nem ter retornado após ausência prolongada. Isso pode sinalizar um certo grau de satisfação com a vida rural ou limitação de oportunidades externas.

Na escolaridade, predominam níveis baixos de instrução formal, com muitos respondentes tendo até o ensino fundamental incompleto. As ocupações mais citadas foram aposentadoria e serviços públicos, especialmente entre os mais antigos. Há casos pontuais de professores e trabalhadores informais. Em todos os domicílios analisados nessa amostra, a coleta de lixo ocorre regularmente, um dado relevante para a análise das condições básicas de infraestrutura.

Esses dados iniciais compõem um retrato da base social das Vilas Rurais, revelando uma população com histórico de permanência,

baixa escolaridade e vínculos fortes com o local onde vivem, aspectos que serão aprofundados nas próximas seções.

4.2. Condições de Vida e Infraestrutura

A infraestrutura das Vilas Rurais revelou um padrão misto entre a presença de serviços públicos essenciais e a autoconstrução de elementos voltados à produção familiar e ao lazer.

Quanto aos serviços básicos, todos informaram dispor de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nas moradias. O transporte escolar está presente na maioria das Vilas, com exceções pontuais, reforçando o papel das políticas públicas de apoio à permanência de crianças e adolescentes no meio rural.

A presença de equipamentos de produção e subsistência (galinheiro, chiqueiro, pomar) é relatada por grande parte dos moradores. Pomar é a estrutura presente em quase todas as propriedades. Já chiqueiro e galinheiro variam entre as Vilas, indicando diferentes estratégias produtivas entre os assentados. Menos comuns são estruturas como curral, estrebaria, oficinas e barracões/paiol, embora estes últimos apareçam em parte significativa das residências, provavelmente associadas a práticas mais intensivas de produção agropecuária ou armazenamento.

Quanto a recursos hídricos próprios, como represas, observa-se sua raridade, o que pode limitar práticas de irrigação ou criações aquáticas. Da mesma forma, piscinas são inexistentes ou extremamente raras, sendo vistas como itens de lazer não prioritários nesse contexto rural.

Esses dados sugerem que as vilas oferecem uma base mínima de infraestrutura pública – especialmente água, energia, coleta de lixo e transporte escolar – complementada por iniciativas familiares voltadas à segurança alimentar e à produção agropecuária. A diversidade de estruturas presentes reflete distintos níveis de capital social, produtivo e ambiental, influenciados tanto pelas condições iniciais dos lotes quanto pelas trajetórias individuais das famílias.

4.3. Satisfação com a Moradia e com o Território

A percepção dos moradores sobre a moradia e o território em que vivem revela dimensões simbólicas e práticas do assentamento em Vilas Rurais. Ainda que elementos da infraestrutura das casas varie (garagem, caixa d'água), o nível geral de satisfação é elevado.

A presença de caixa d'água foi mencionada por parte dos respondentes, indicando acesso a reservatórios individuais, especialmente úteis em casos de intermitência no fornecimento hídrico. Já garagem e mina d'água foram menos frequentes, possivelmente pela ausência de veículos automotores ou pela localização dos lotes, distantes de nascentes.

A principal motivação para morar na Vila indica predominantemente laços familiares, como “família” ou “casal”. A decisão pela moradia foi, em muitos casos, compartilhada (casal) ou tomada por um dos cônjuges. Esses dados evidenciam o caráter familiar da ocupação dos lotes e o papel da Vila como espaço de reprodução social e construção de vínculos afetivos.

Ainda que não explicitada nas respostas, a ausência de desejo de mudança ou de intenção de abandono indicam certo nível de orgulho, pertencimento e identificação com o território. Por outro

lado, há baixa adesão a instâncias formais de organização (associações), sugerindo certo distanciamento em relação à gestão coletiva ou à participação nas decisões sobre a Vila.

Em síntese, mesmo com algumas carências estruturais, os moradores demonstram valorização da moradia, vínculo com a história familiar e percepção positiva da vida na vila. A satisfação parece mais relacionada a aspectos simbólicos e sociais do que a fatores materiais, reforçando a relevância do território na constituição das identidades rurais.

4.4. Participação Comunitária

A participação em atividades coletivas, produtivas e sociais nas Vilas oferece indícios sobre o grau de integração comunitária e a funcionalidade do modelo de assentamento. Quanto à assistência social ou institucional, poucos respondentes declararam receber apoio formal, concentrado principalmente na assistência social municipal. A baixa presença de vínculos com programas governamentais ou instituições externas pode indicar certo isolamento institucional ou o predomínio de estratégias autônomas de reprodução social.

Em relação à produção de alimentos, observa-se ampla presença de cultivo de legumes, verduras e frutas, com predominância do autoconsumo (respostas “C”, de consumo próprio). Essa produção, embora de pequena escala, tem papel relevante na segurança alimentar das famílias. Destaca-se também a criação de pequenos animais, como galinhas, com foco na produção de ovos e abates eventuais para consumo familiar. A criação de animais de grande

porte é menos comum, embora citada em alguns casos, inclusive com práticas de venda (“V”).

Os dados sugerem uma organização produtiva familiar de autoconsumo, com pouca participação em circuitos de comercialização e baixa inserção em redes institucionais de apoio. A vida comunitária, embora marcada por vínculos afetivos e históricos, opera com níveis reduzidos de organização formal, como mutirões, associações ou eventos regulares de integração.

Essa relativa fragilidade da participação coletiva estruturada pode representar um desafio à sustentabilidade de longo prazo das vilas, especialmente quanto à capacidade de reivindicar políticas públicas, manter espaços comuns e ampliar a oferta de serviços e infraestrutura.

4.5. Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR)

Com base nos dados coletados, foi desenvolvido um Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR), para sintetizar diversos aspectos da vivência dos moradores em um indicador composto, capaz de refletir o desempenho das Vilas em múltiplas dimensões relevantes à permanência e à qualidade de vida no campo. A construção do índice se fundamenta em cinco dimensões analíticas, definidas a partir da literatura sobre assentamentos rurais e políticas de desenvolvimento territorial, bem como da estrutura do questionário aplicado. O Quadro 1 apresenta as dimensões analíticas e as variáveis utilizadas em sua composição:

Quadro 1. Dimensões analíticas e variáveis utilizadas no cálculo do IEVR

DIMENSÃO	VARIÁVEIS OBSERVADAS
Infraestrutura básica	Acesso à água encanada, energia elétrica, transporte escolar, coleta de lixo
Autossuficiência produtiva	Cultivo de frutas, legumes e verduras; criação de pequenos animais para autoconsumo
Atividades econômicas	Produção de pães/bolos, presença de agroindústria, artesanato, comercialização eventual
Vínculo com o território	Tempo de posse do lote, intenção de permanecer, convivência com vizinhos
Satisfação subjetiva	Nota atribuída à vila, aspectos positivos e negativos, avaliação da qualidade de vida

Fonte: Elaborada pelos autores, 2026.

Para cada variável, a presença de determinada característica (como acesso à água encanada ou produção de hortaliças) foi codificada como 1, e a ausência, como 0. A única exceção foi a dimensão “satisfação subjetiva”, construída a partir da nota atribuída pelo respondente à sua experiência na Vila Rural, normalizada para uma escala decimal entre 0 e 1.

Para evitar a nota zero e a distorção comparativa inerente, foi adotado um ajuste de piso mínimo. O cálculo de cada dimensão binária seguiu a fórmula $D_i = 0,1 + 0,9\bar{X}_i$, com $\bar{X}_i$ sendo a média das variáveis da dimensão para o respondente i . Assim, cada participante obtém, no mínimo, 0,1 em cada dimensão, assegurando comparabilidade e evitando escores nulos.

A média das cinco dimensões compôs o valor final do IEVR para cada respondente. A Tabela 1 apresenta os resultados estatísticos das

cinco dimensões e do índice geral, calculados com base em 56 observações válidas.

Tabela 1. Valores apurados no Índice de Efetividade das Vilas Rurais

Dimensão	Médias Apuradas	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Coef. Variação
Infraestrutura básica	0,81	0,28	0,10	1,00	34,91
Autossuficiência produtiva	0,70	0,27	0,10	1,00	38,01
Atividades econômicas	0,26	0,22	0,10	0,78	83,41

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/indice-de-efetividade-das-vilas-rurais-uma-analise-aplicada?noblockage>

Fonte: Elaborada pelos autores, 2026.

A análise dos resultados indica que a dimensão com melhor desempenho entre os moradores das Vilas Rurais é a de satisfação subjetiva, com média de 0,96 e desvio padrão reduzido. O coeficiente de variação de apenas 8,5% revela um padrão altamente homogêneo entre os respondentes, sugerindo avaliação amplamente positiva sobre a experiência de viver na vila. A maioria atribuiu notas muito altas à qualidade de vida no local, evidenciando vínculos afetivos com o território e valorização do sossego, da segurança e da estabilidade habitacional.

A dimensão vínculo com o território também apresenta pontuação média elevada, situando-se em 0,92. Ainda assim, a dispersão um pouco mais acentuada indica que, embora prevaleçam percepções positivas, há casos em que os laços com a comunidade ou o desejo de permanência são menos expressivos, possivelmente por fatores individuais, históricos ou estruturais que impactam a trajetória de determinados moradores.

Em relação à infraestrutura básica, a média foi de 0,81. Apesar de relativamente alta, acompanha desvio padrão significativo, indicando desigualdade entre os domicílios quanto ao acesso a serviços como água, energia e transporte escolar. Enquanto alguns vivem em condições plenamente atendidas, outros enfrentam dificuldades que afetam diretamente a qualidade de vida.

A dimensão autossuficiência produtiva apresenta média de 0,70, refletindo um cenário intermediário. Parte dos respondentes mantém práticas voltadas ao autoconsumo, como hortas, criação de pequenos animais e cultivo de frutas e verduras. No entanto, a elevada variabilidade demonstra que essa realidade não é generalizada, sendo condicionada por fatores como tempo disponível, idade, acesso a insumos e recursos produtivos.

A pontuação mais baixa do índice está associada à dimensão atividades econômicas, com média de apenas 0,26. Mesmo com o ajuste de piso mínimo, os resultados confirmam a fragilidade das iniciativas produtivas voltadas à geração de renda. A maioria não realiza atividades comerciais regulares ou estruturadas, como venda de alimentos processados, produção artesanal ou participação em agroindústrias. Essa dimensão apresenta também o maior coeficiente de variação, revelando grande desigualdade entre os

poucos que desenvolvem tais atividades e a maioria desconectada dos circuitos econômicos locais.

Em conjunto, os resultados mostram que as Vilas Rurais avançaram nas dimensões subjetivas e de permanência, especialmente quanto à valorização simbólica do território e à satisfação com a moradia. Por outro lado, as dimensões produtivas e econômicas ainda carecem de políticas públicas específicas que promovam autonomia financeira, cooperativismo e inserção em cadeias produtivas mais robustas. O IEVR, ao captar diferentes facetas da vida rural, constitui ferramenta útil para subsidiar o planejamento e a avaliação de programas voltados ao fortalecimento das Vilas, especialmente se associado a abordagens qualitativas e participativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a efetividade das Vilas Rurais a partir da percepção de seus moradores, com base em questionário aplicado a 56 residentes de diferentes municípios da COMCAM, no ano de 2024. A partir da construção do Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR), estruturado em cinco dimensões – infraestrutura básica, autossuficiência produtiva, atividades econômicas, vínculo com o território e satisfação subjetiva – foi possível sintetizar os resultados em um indicador composto, integrando diferentes aspectos da vida rural em contexto de assentamento planejado.

Os resultados revelam que, embora existam desigualdades internas, a maioria dos moradores avalia positivamente sua experiência na Vila Rural. As maiores médias foram observadas nas dimensões de satisfação subjetiva e vínculo com o território, o que demonstra o

êxito do modelo na criação de condições simbólicas e afetivas favoráveis à permanência. A Vila Rural é valorizada como espaço de sossego, segurança, vizinhança solidária e pertencimento – elementos fundamentais para o bem-estar rural.

A dimensão infraestrutura também apresenta resultados satisfatórios, ainda que com maior dispersão, evidenciando a necessidade de ações mais equitativas do poder público. Já as dimensões ligadas à produção e à geração de renda revelam fragilidades importantes. A autossuficiência produtiva, embora presente em muitos domicílios, depende de condições desiguais de tempo, força de trabalho e recursos. A dimensão econômica, com a menor média entre todas, confirma a ausência de políticas consistentes de incentivo à agroindustrialização, ao associativismo produtivo e à comercialização estruturada.

A aplicação do IEVR permitiu captar essas nuances de forma sistematizada, oferecendo instrumento útil para diagnóstico e planejamento de políticas públicas mais sensíveis à realidade das Vilas Rurais. O modelo pode ser replicado, ajustado e monitorado ao longo do tempo, possibilitando comparações entre regiões e perfis de famílias, além de subsidiar ações voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento territorial baseado na valorização das práticas locais.

Por fim, a efetividade de uma Vila Rural não pode ser compreendida apenas por sua infraestrutura física ou produtividade econômica. Aspectos imateriais, como sentimento de pertencimento, cuidado com o território e formas de cooperação cotidiana, são também centrais para a sustentabilidade desses espaços. Reconhecer e incorporar essas dimensões ao desenho e à avaliação de políticas

públicas é fundamental para consolidar um modelo de desenvolvimento rural socialmente justo, ambientalmente equilibrado e culturalmente enraizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, H. A. de. (2005). *Programa Vilas Rurais: Uma proposta de desenvolvimento local?* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina].

Bana, A. A. (2001). *Programa Vilas Rurais: A experiência do município de Apucarana/PR* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista].

Carneiro, M. J. (2012). A construção social do “agrário” e o mundo rural como categoria de pensamento. *Sociedade e Estado*, 27(1), 145–167.

Cecchini, S. (2020). Avaliação participativa de políticas sociais na América Latina: Lições e desafios. *Revista Katálisis*, 23(1), 10–22.

Cunha, A. M., Silva, R. B., & Oliveira, J. (2024). *Agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural: Novos desafios em contextos de transição socioambiental*. Editora UFPR.

Eser, J. P., Souza, M., & Lima, T. (2006). *Vilas Rurais: Avaliação de uma política de fixação de famílias no campo*. Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP.

Farah, M. F. S. (2022). Avaliação de políticas públicas: Avanços e desafios. *Revista do Serviço Público*, 73(4), 797–818.

Fernandes, B. M., & Ponte, C. (2002). Política pública e ruralidades: A urbanização do campo. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 10(2), 341–366.

Ferreira, C. M., Alves, D. R. M., & Caldeira, M. A. (2018). Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: Reflexões a partir da experiência paranaense. *Revista Nera*, 21(46), 182–203.

Grisa, C., & Schneider, S. (2015). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: Uma análise a partir da trajetória recente*. UFRGS Editora.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2000). *Relatório técnico: Caracterização das Vilas Rurais do Paraná*. IPARDES.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2005). *Vilas Rurais: Análise de implantação e diagnóstico socioeconômico*. IPARDES.

Lotta, G. S. (2019). Avaliação de políticas públicas: Entre eficiência técnica e construção política. *Revista do Serviço Público*, 70(3), 381–406.

Maluf, R. S. (2007). Agricultura familiar e sustentabilidade: Uma abordagem sistêmica. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 15(1), 57–80.

Navarro, Z. (2014). Desenvolvimento rural no Brasil: Os limites das políticas públicas. Em C. Grisa & S. Schneider (Orgs.), *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil* (pp. 43–71). Editora da UFRGS.

North, D. C. (1994). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2021). *Measuring what matters in rural development: New metrics and methods for policy evaluation*. OECD Publishing.

Paraná (Estado). Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. (1995). *Programa Vilas Rurais: Bases conceituais, objetivos e estratégias*. SEAB.

Picolotto, E. L., & Silveira, C. A. (2019). Desafios da permanência no campo: Crítica à urbanização do rural nas políticas públicas. *Revista Geografia em Questão*, 12(2), 135–157.

Putnam, R. D. (1993). *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press.

Rocha Junior, W. da C., & Barzotto, M. (2014). Políticas públicas e desenvolvimento rural: O caso das Vilas Rurais no Paraná. *Raega – O Espaço Geográfico em Análise*, 31, 214–236.

Schneider, S., Cassol, A., Silva, C. L., & Fialho, J. (2016). Construção de mercados e agricultura familiar: Desafios para a ação pública. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 54(1), 5–22.

Silva, L. G., & Almeida, M. A. de. (2023). Desigualdades no acesso ao Pronaf: Desafios e perspectivas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(1), 29–52.

Souza, C. (2021). Avaliação de políticas públicas no Brasil: Tendências e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36(107), 1–17.

¹ PhD em Economia pela UEM (2016). Mestre em Administração. Cientista Contábil da Unespar-Universidade Estadual do Paraná- Campus de Campo Mourão. GEPECONT-Linha Contabilidade e Gestão. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Doutora em Políticas Públicas pela UFPR (2018) Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Paraná -Campus de Campo Mourão. GEPECONT-Linha Contabilidade e Gestão. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Doutor em Economia Aplicada pela UFV (2002). Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Paraná -Campus de Campo Mourão. GEPECONT-Linha Contabilidade e Gestão. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil(2009). Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil. Docente do Doutorado Profissional em Administração, do Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável, do Mestrado em Contabilidade da Unioeste. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)